

---

# PARA ALÉM DOS ESTERIÓTIPOS: UMA REFLEXÃO SOBRE OS PADRÕES SOCIAIS DE HOMENS GAYS NA DOCÊNCIA JURÍDICA

---

BEYOND STEROTYPES: A REFLECTION ON THE SOCIAL STANDARDS OF GAY MEN IN LEGAL TEACHING

Thiago Opolski<sup>1</sup>

<http://lattes.cnpq.br/2390108904490775>

<https://orcid.org/0000-0001-7061-3222>

Recebido em: 10 de dezembro de 2020

Aprovado em: 24 de fevereiro de 2021

**RESUMO:** Os estereótipos estabelecem diversos rótulos no imaginário social que geram diversas discriminações a homens homossexuais, uma delas pode ser identificada como algumas barreiras no exercício de atividades intelectuais, como a docência jurídica. Essa concepção pode ser atribuída a valores baseados na heteronormatividade amplamente divulgados em espaços sociais e na mídia. Além disso, o sistema capitalista se beneficia das normas de gênero e sexualidade estabelecidas como padrões fundamentais para seu desenvolvimento e manutenção. Importante refletir sobre as exclusões e limitações criadas contra homens gays por estarem fora dos padrões sociais que são construídos historicamente e reforçados ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Estereótipos; Homossexuais; Docência; Heteronormatividade.

**ABSTRACT:** Stereotypes establish different labels in the social imaginary that generate different discriminations against homosexual men, one of which can be identified as some barriers in the exercise of intellectual activities, such as teaching. This conception can be attributed to values based on heteronormativity that are widely disseminated in social spaces and in the media. In addition, the capitalist system benefits from the norms of gender and sexuality established as fundamental standards for its development and maintenance. It is important to reflect on the exclusions and limitations created against gay men for being outside the social standards that are historically built and reinforced over time.

**Keywords:** Stereotypes; Homosexuals; Teaching; Heteronormativity.

**RESUMEN:** Los estereotipos establecen diferentes etiquetas en el imaginario social que generan diferentes discriminaciones contra los hombres homosexuales, una de las cuales puede identificarse como algunas barreras en el ejercicio de actividades intelectuales, como la docencia. Esta concepción puede atribuirse a valores basados en la heteronormatividad que están ampliamente difundidos en los espacios sociales y en los medios de comunicación. Además, el sistema capitalista se beneficia de las normas de género y sexualidad establecidas como estándares fundamentales para su desarrollo y mantenimiento. Es importante reflexionar sobre las exclusiones y limitaciones creadas contra los hombres gay por estar fuera de los estándares sociales que históricamente se construyen y refuerzan

---

<sup>1</sup> Discente em Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociologia da Universidade Federal Fluminense -PGSD/UFF.  
E-mail: thiagoopolski@hotmail.com

con el tiempo.

**Palabras llave:** estereotipos; Homossexuales; Enseñando; Heteronormatividade.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar como os estereótipos estabelecidos por meio de padrões sociais, aqui com especial atenção a heteronormatividade, que afeta os homens gays de exercerem ou que pretendem desempenhar à docência jurídica.

Através de uma investigação bibliográfica, buscamos verificar a produção do imaginário social sobre as profissões a serem exercidas por homens gays, limitando as atividades intelectuais relacionados aos postos de docência.

Mapearemos casos onde houveram atos de discriminações de homens gays em atividades de ensino. A relevância e singularidade acadêmica do debate está na reflexão sobre as limitações impostas a este grupo de pessoas por conta da discriminação construída por pensamentos impostos pelo sistema heteronormativo e capitalista que visa padronizar os comportamentos sociais, marginalizando pessoas que sejam diferentes a eles e limitando os espaços que possam frequentar.

O objetivo passa fazer uma investigação fundamentada em bases teóricas sustentadas pela perspectiva pós-estruturalista, estudos Queer e da investigação sociológica, com fito de observar o quanto a hipersexualização dos corpos homossexuais, heteronormatividade e misoginia estão associadas ao imaginário social brasileiro que estabelecem os papéis limitantes que homossexuais possam ocupar.

No primeiro tópico será analisado o conceito de estereótipos e debatido sobre como eles podem ser construídos no meio social. No segundo tópico é apresentada situações reais de discriminações relacionados a atividades de ensino. Por último, faremos uma reflexão sobre processos de opressões e estereótipos estabelecidos em desfavor dos homossexuais, os quais, articulados limitam e excluem sua participação como docente na área jurídica.

## OS ESTEREÓTIPOS SOBRE HOMENS HOMOSSEXUAIS E A HETERONORMATIVIDADE

Os estereótipos são construções realizadas no imaginário social que estabelecem papéis e rótulos para determinadas pessoas que podem se basear em marcadores sociais da diferença, tais como a orientação sexual, identidade de gênero e etnia.

Nestas construções, relaciona-se a orientação sexual, as quais são geradas expectativas vinculadas a funções e comportamentos aos homens gays, principalmente aqueles que fogem dos padrões hegemônicos da heteronormatividade.

Este tipo de representação associa estereótipos negativos ligados aos signos determinados, como no caso das mulheres negras em ambientes jurídicos, onde se definem imagens esperadas e que limitam as bordas de ação dos sujeitos e coletividades sociais. As pessoas negras são estereotipadas e, por isto, são questionadas na sua capacidade intelectual, o que lhes imputa e reserva um lugar inferior na estrutura social essencialmente patriarcal, branca e masculina (NASCIMENTO, 2018).

Privilegiamos aqui uma análise dos estereótipos relacionados a sexualidade e gênero, especificamente relacionado à homens homossexuais, problematizando para aqueles mais afemi-

nados, que são marginalizados não somente por conta da sua orientação sexual, mas também por apresentarem características que são contrárias a expectativa social para o gênero masculino.

Os homossexuais são retratados em novelas e filmes brasileiros como pessoas cômicas e/ou marginalizadas, ocupando atividades profissionais associadas a funções de estética, beleza, cuidados ou promiscuidade, tais como cabelereiros, maquiadores ou garotos de programa. Raramente é visto homossexuais em papéis lidos como intelectuais ou de liderança, ou quando o fazem, são extremamente caricatos. Não que ser muito expressivo ou “engraçado” seja algo que consideramos ruim, mas aqui queremos demonstrar que os estereótipos são criados e geram muita discriminação. A mídia estabelece um perfil específico para homens gays, colocando algumas características semelhantes quando são retratados em filmes, revistas, novelas, teatro e programas de televisão. A repetição em torno de uma identidade pré-estabelecida para os personagens gays, contribuem para a elaboração de estereótipos.

Não queremos inferiorizar essas atividades mencionadas, mas sim refletir sobre as limitações esperadas por grande parte da sociedade em não imaginar um homossexual exercendo uma atividade acadêmica intelectual, tais como um professor universitário ou pesquisador acadêmico.

Esclarecemos ainda que chamamos aqui as atividades de docência e pesquisa acadêmica como intelectuais para diferenciar de atividades que tenham o foco principal na realização de trabalhos manuais ou artísticos, que também são atividades que exigem talento e intelecto, porém nem sempre exigem a realização de curso superior e pós-graduação, lato ou estrito senso, e necessidade constante de leituras e participação de estudos de aprimoramento e atualização como pode ser fundamental e necessário para um docente e pesquisador acadêmico.

O estereótipo pode ter como base alguns comportamentos que são inspirados na heteronormatividade, como será explicado ao longo desse artigo. A análise sobre os discursos que tentam definir a orientação sexual e a identidade de gênero são fundamentais para compreender como se originam esses estereótipos.

Nonato reflete sobre as contribuições de Butler, indicando que o gênero é uma representação social captável nas interações, que definem posições e continuidades entre gênero, sexo e prática sexual, o que estabelece práticas que garantem certa estabilidade social, criando identidades coerentes a heteronormatividade naturalizada e hegemônica (2020).

Verificamos que o alinhamento das representações sociais designa que todos os homens sejam masculinos e ainda heterossexuais, como se isso fosse algo biológico, pré-estabelecido. Entretanto, as sexualidades e os gêneros são estabelecidos por meio da repetição das normas sociais que são firmadas através de proibições, elaboração de tabus e idealizações definidas na linguagem, sendo essa reprodução produtiva uma forma de performatividade. Sendo então estabelecidos o ideal de masculinidade e feminilidade para homens e mulheres através da prática discursiva do ato performativo (NONATO, 2020).

O cinema, teatro e shows humorísticos, os meios televisivos são, por excelência, condutores e difusores de paradigmas de representação compartilhados, os quais acionam personagens icônicos e exagerados, criando formas de estabelecer uma identidade fixa ao homem homossexual, contribuindo para a construção de estereótipos imóveis e imobilizadores.

Conforme estudos de Judith Butler, esses rótulos são construídos no imaginário social com base no estabelecimento da heterossexualidade como natural e única, fazendo com que aqueles que não realizarem as performatividades baseadas em leis normatizantes serem considerados

figuras abjetas.

Os homossexuais podem ser enquadrados no conceito de “abjetos”, pois se tratam de sujeitos que são considerados impossíveis de se compreender, sem humanidade, nojentos, que não deveriam existir dentro da matriz cultural ou que sua existência não é legitimada (NONATO, 2020).

Esses indivíduos são vistos como gêneros “dissidentes” ou “pervertidos” em razão da heteronormatividade imposta e da dificuldade em se analisar esses corpos como masculinos ou femininos ou com uma combinação de ambos.

Judith Butler menciona que a heteronormatividade determina oposições desiguais entre o “feminino” e o “masculino”, e que esses atributos se referem a “fêmea” e ao “macho”. A identidade de gênero não é compreendida como possível, sendo que as identidades que não estejam adequadas entre o gênero, sexo e orientação sexual não são consideradas como possíveis de existir (2019).

Na heteronormatividade é estabelecido um padrão sexual e comportamental, onde o centro das relações são as heterossexuais, porém se os sujeitos forem homossexuais devem seguir o exemplo de vida heterossexual e ainda seguir o padrão relacionando sexo e gênero. Portanto, se o sujeito possuir pênis, automaticamente deverá ter comportamentos masculinos, tratando o gênero como algo biológico e natural.

A homossexualidade era considerada crime em países europeus e era taxada como doença mental até 1973, assim, por muito tempo a heterossexualidade era considerada a única forma de relacionamento na maioria das culturas, somente após a despatologização foi que a homossexualidade passou a ser considerada como possível em alguns países.

Entretanto, mesmo sendo possível a relação entre pessoas do mesmo sexo, segundo este sistema, a relação intersubjetiva deve se espelhar nas heterossexuais, definindo diversas condutas que devem ser realizadas por casais homossexuais, tais como viver sua sexualidade de forma privada, sem expor afeto em público e seguir os comportamentos heteronormativos.

Aqueles que não observam e seguem essa matriz cultural imposta são excluídos e ridicularizados, sendo alvo de piadas e considerados engraçados por não estarem dentro do padrão de naturalidade esperada pela heteronormatividade.

Para homens com comportamentos considerados socialmente como afeminados, os estereótipos e discriminações são ainda maiores, já que possuem uma performatividade ambígua e não se encaixam nos padrões cisheteronormativos, pois seus corpos e comportamentos não são reconhecidos dentro do sistema binário de gênero.

Para a cisheteronormatividade, os corpos considerados normais e aceitáveis devem se encaixar dentro de um padrão que tenha coerência fisiológica e psicológica a um ou outro sexo biológico e ainda seja coerente com as expressões de gênero consideradas como adequadas. Esses corpos desviantes não se encaixam nos paradigmas da cisheteronormatividade, pois são indivíduos do sexo masculino, porém com uma performatividade que varia entre o masculino e o feminino, podendo então por esta ideologia serem violentadas e impedidas de ocupar diversos espaços, tais como os intelectuais.

## UM APANHADO DE CASOS

Em 1973 nos EUA, no Condado de Montgomer, um professor de ciências da terra da oitava série chamado Acanfora foi transferido pelo Conselho de Educação para uma função

não relacionada ao ensino quando descobriram sua homossexualidade. Quando este relatou à mídia sobre a discriminação sofrida, não teve seu contrato renovado. O professor então ingressou com uma ação judicial para rever a demissão injusta, a qual, apesar da Corte decidir que ele não poderia ser demitido por conta da sua orientação sexual, considerou que ele omitiu algumas informações que lhe impediriam de exercer a função quando foi contratado (SED-GWICK, 2007). Tal situação revela que a homossexualidade não era considerada “inapropriada” para aquela Corte, mas sua exposição e divulgação deveria ter sido revelada, ou seja, o empregador deveria conhecer sobre a sexualidade de seus empregados, para decidir se contrata ou não, tal atitude demonstra discriminação e desrespeito a intimidade alheia.

Sobre a decisão daquele Tribunal, podemos refletir que a heterossexualidade não precisa ser declarada, enquanto a homossexualidade precisaria, sendo encarada assim como uma anormalidade. Esta decisão incentiva que a homossexualidade deva ser praticada de forma escondida, o que configuraria opressão a sexualidade e a identidade de gênero de cada pessoa.

Em 1978, na Califórnia, também nos EUA, o senador estadual John Briggs propôs uma iniciativa de lei denominada de “Proposta 6”, que tinha como objetivo proibir professores gays e qualquer pessoa que apoiasse os direitos dos homossexuais de trabalhar nas escolas da Califórnia (HMF, 2020).

Além disto, o ativista social, Harvey Milk, que foi uma das primeiras pessoas abertamente homossexual a ocupar um cargo político no país, eleito em 1978, fez campanha contra a iniciativa e derrubou a proposta. Os partidos dos congressistas não concordavam com suas ideias por não serem conservadoras. Milk era ativista na luta de direitos a comunidade gay na Califórnia e frequentemente recebia ameaças, tendo sido assassinado meses após ser eleito. As reivindicações e protestos levantados por Milk e a comunidade gay foi importantíssima para que a lei discriminatória não fosse sancionada e o movimento pela luta de direitos homoafetivos fossem estabelecidas e ampliadas nos EUA e no mundo todo.

A referência a este político e ativista social evidenciou, naquele contexto, além da opressão sofrida pelos profissionais docentes homossexuais na luta pelo direito em exercer sua profissão sem discriminação, a sua expressão na forma mais radicalizada se dá através de ameaças, o que, no caso, culminou em seu assassinato, um crime, portanto, de ódio e de discriminação. O fato é um destaque na recusa de validação social do desempenho de determinadas funções e postos por homossexuais em cargos intelectuais e de liderança, como era seu cargo de representante parlamentar.

A docência é um cargo de gatilho representacional, onde se espera a indução e replicação de modelos paradigmáticos de comportamento, onde o deve ser um caso de sucesso a ser replicado pelos discentes. Com isto, a heteronormatividade institucional, por seguirem uma sexualidade e/ou gênero desviante podem influenciar negativamente outras pessoas. Fugir do esperado é desviar da normalidade esperada, o que leva a marginalização pela diferença, onde a anormalidade é ocasionada por defeito psicológico, físico ou social.

Desafiar às representações, driblar o normal e vilipendiar o esperado é um ato de resistência. Há necessidade de ocupação dos espaços pelo diferente, de forma a replicar modelos contra-hegemônicos de ser e fazer.

## A OPRESSÃO COMO REGRA NO ENSINO JURÍDICO

Buscamos questionar as opressões enfrentadas por homossexuais que exerçam ou queiram



exercer carreiras intelectuais, como a docência, pois entendemos serem necessárias pesquisas quali-quantitativas para suprir a carência desse universo acadêmico.

No pensamento social brasileiro, podemos citar Paulo Freire que, na luta pela constante humanização social no campo da educação, reflete sobre uma pedagogia que possibilite que os oprimidos se libertem e adquiram consciência de todos os desafios e discriminações que enfrentam para que haja o engajamento na causa (2020). Esta luta só faz sentido se os oprimidos quando procurarem recuperar sua dignidade, primeiramente alterem sua percepção sobre as opressões sofridas pelos opressores e, após isso, eliminem crenças e valores elaborados na estrutura opressora que preservam esses mitos (FREIRE, 2020). Para além da heteronormatividade, o patriarcado e os interesses capitalistas, contribuem para oprimir e estereotipar homens homossexuais.

Em seu livro “Calibã e a Bruxa”, Silvia Federici demonstra as perseguições enfrentadas pelas mulheres durante os séculos XVI e XVII (caça às bruxas), que foram fundamentais para a implementação e desenvolvimento do capitalismo e que estabeleceu uma nova divisão sexual do trabalho, diferenciando não só as funções que homens e mulheres devem realizar, mas também reforça a relação de poder que proporciona a acumulação capitalista (2017). Através destas perseguições foi criado um novo código social e ético, do qual as mulheres foram ensinadas a aceitarem a liderança dos homens, bem como o lugar a elas destinado no desenvolvimento da sociedade capitalista (FEDERICI, 2019).

Tratam-se de padrões culturais ainda contemporâneos, onde o homem branco heterossexual é considerado como o detentor do saber e exemplo de intelectualidade e liderança em sociedade. Esta seria então a única figura considerada capaz de absorver conhecimentos com maior facilidade e capacidade de raciocínio.

O debate interseccional sobre as dificuldades e discriminações enfrentadas por todo e qualquer grupo minoritário é mister, que são identificados em diversos contextos, inclusive àqueles vividos por transexuais, negros e indígenas, mas que, como aqui trabalhamos, também por homens homossexuais, destacando o corpo afeminado como fator impactante para o aumento das discriminações.

Na perspectiva heteronormativa, representada por padrões heterossexuais, são esperadas formações determinadas de processos de interação, que limitam comportamentos e determinam aparências esperadas, tais como pacotes pré-formatados do masculino e do feminino, onde são pendurados signos da agressividade, da competição, da virilidade e desenvolvimento de atividades de maior sofisticação mental, enquanto ao segundo, são conectados padrões de delicadeza, sensibilidade, submissão, tendo competências ligadas ao cuidado da família e das funções domésticas.

O patriarcado é elemento enraizado no corpo social, compondo seu sistema de representações e que é replicado intergeracionalmente, naturalizando relações que se pautam em gênero e sexualidade, assim como podemos observar na questão racial, processo pelo qual Silvio Almeida chamou de racismo estrutural, pois arraigado nas formas de programação e reprodução dos sistemas sociais (2018).

A heteronormatividade está presente na família através da criação e transmissão de valores com as cores e atividades que somente menino ou menina pode usar/fazer. Com base neste padrão, dentro do ambiente familiar já é definido que o homem é o provedor da casa, que exerce as atividades que exigem maior raciocínio, enquanto a mulher realiza as funções de cuidado e trabalhos domésticos, que apesar de serem tão relevantes quanto as que os homens

exercem, não é valorizada e reconhecida.

Na escola este padrão também é transmitido aos alunos, pois com a visão pedagógica baseada também no patriarcalismo, reforça-se o machismo e a heteronormatividade ensinada pela família.

Nas instituições religiosas, os padrões binários ainda são defendidos com base em interpretações amparadas em ensinamentos e escritos teológicos, engessados em sistemas axiológicos confinados no tempo passado, o qual ignora as questões de gênero e sexualidade.

A heteronormatividade institucional também é fortemente amparada por meio da legislação, políticas públicas e decisões do judiciário, os quais acabam por ser mecanismos de sua replicação, em vez de fundamentar uma ordem justa, plural, tolerante e diversificada. O Judiciário é formado na sua maioria por homens, não sendo realizada nenhuma política de equilíbrio de gênero para que houvesse maior representatividade.

As proteções as mulheres na legislação trabalhista só foram conquistadas após processos históricos de reivindicação, tais como a estabilidade da gestante, que considera a mulher grávida um fardo para a atividade empresária e ônus econômico para o empregador.

As políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) consideram a mulher um ativo reprodutivo, impedindo que a mulher decida sobre o seu corpo, principalmente no tema do aborto.

O mercado de trabalho também inclina para a heteronormatividade, absorvendo a mão-de-obra assentada neste, para isto se verifica o histórico familiares, as redes sociais, o ciclo de relações. O homem é escolhido pela potência da liderança e protagonismo, enquanto que as mulheres para atividades de suporte e auxílio, de cunho secundário. Os homens são os chefes e estão no comando, enquanto que as mulheres estão na secretaria atendendo telefone ou limpando os banheiros!!!

Os homossexuais, principalmente aqueles que são considerados fora do padrão comportamental masculino, são rotulados dentro desse raciocínio machista e misógino, restando poucas atividades para serem exercidas por eles, já que além de terem uma sexualidade considerada como “desviante”, ainda são limitados as atividades estereotipadas que são muito relacionadas ao pouco espaço que conquistaram em sociedade em funções que alguns se destacam além do comum ou com base em estereótipos criados no imaginário social.

Os personagens retratados na televisão brasileira em sua maioria para não afirmar que são todos são rotulados como pessoas cômicas, hipersexualizadas e que conseguem sua renda através de funções ligadas a beleza ou prostituição. Os corpos homossexuais são controlados e condicionados a atividades que não são de suas escolhas ou aptidões, excluindo a participação deles em vários espaços sociais. Os papéis pré-estabelecidos vão se tornando naturais no imaginário social, fazendo com que a credibilidade dos homossexuais que ocupam outras funções seja questionada ou menosprezada.

A hipersexualização dos homossexuais é trabalhada em sociedade como se a orientação sexual fosse uma “opção sexual”, levando em conta que o padrão é o heterossexual, então, por esta visão discriminatória, aqueles que “escolhem” algo diferente é porque gostam demais de sexo, são pessoas sem “pudor” e priorizam o sexo na vida. Escolhem, portanto, viver como “diferentes”, esquivando-se do “certo”.

A sexualidade é vista como algo imposto e definido mesmo antes do nascimento dos sujeitos, os quais são reforçados por marcadores, como as cores de roupas são escolhidas conforme o sexo da criança e o comportamento é modulado pela força ou pela delicadeza, pautada em

comportamentos previamente estabelecidos diferentes conforme o gênero do indivíduo.

Sair da linha é reprimido pela violência física e verbal, pois o desvio não é natural - pela violência regula-se e disciplina-se os corpos (COLLING; NOGUEIRA, 2019).

O desvio era categoria do louco, a ser remediado por tratamentos médico, psiquiátrico e psicológico, buscando curar a “enfermidade”. Freud diz que a “civilização” foi um período marcado pelo controle dos instintos humanos, sendo classificados como “pulsões”, que se referem a questões corpóreas, relacionadas ao biológico/instinto natural e a mente. Portanto, a sexualidade não poderia ser explicada apenas por fatores instintivos, biológicos ou hormonais. Esses fatores devem ser observados, mas não também outros como as experiências que este sujeito teve em sua vida, imagens e associações realizadas pelo consciente e inconsciente (COLLING; NOGUEIRA, 2019)

As questões ligadas a masculinidade são frequentemente associadas a seriedade, enquanto aquelas que remetem ao feminino como algo fútil ou sem muita significância para o coletivo. Os corpos e vozes afeminadas não prestam para a pesquisa acadêmica e tampouco para a docência, diria os bons costumes e a tradição. De igual modo os homossexuais, que frequentemente estarão associados a questões fúteis, infantilizadas e sexualizadas. Com isto apontamos os rotulo estabelecido no imaginário social, os quais são a jaula das subjetividades.

Um homossexual ocupar postos professoral é uma ruptura com a ordem, ainda mais no campo jurídico, hegemonicamente tradicional e conservador, o qual, ainda que discursivamente múltiplo, aberto e tolerante, só o faz com os elementos externos, pois no seu universo só reproduz práticas machistas, misóginas, homofóbicas e heteronormativas.

As discriminações e preconceitos induzem as pessoas a analisarem o indivíduo com enfoque preponderantemente na orientação sexual e identidade de gênero, com isto, determinando rótulos e posições, ignorando méritos e capacidades. Assim sendo, as dificuldades e os desafios do enfrentamento à ordem geram entropia, cria o caos e representa flagrante violação das homologias do sistema. Ainda assim, o professor homem-gay-afeminado, ainda quando resiste, encontra mais barreiras para o crescimento e desenvolvimento da carreira, geralmente ficando na posição inicial, vetado dos cargos de coordenação e mais elevados na estrutura acadêmica.

O ambiente acadêmico do curso de direito é um espaço elitista, onde circulam ordinariamente pessoas mais abastadas, inclinados ordinariamente à política de direita e conservadora, onde a caricatura do poder se exerce pela sobriedade e masculinidade. Lá os signos são expressos pela vestimenta, pela linguagem e pela forma comportamental impostas enquanto regra do campo (BOURDIEU, 2008).

Nesse ambiente, espera-se que os professores vistam ternos pretos, sapatos polidos e gravatas lisas, de outro lado, a mulher seja discreta quando professora. O Estatuto da Ordem dos Advogados diz que o homem, o advogado, deve se vestir de terno e gravata, já a mulher-advogada, de forma condizente ao respeito da profissão. O foco é a elegância e descrição!

Esses padrões dentro da academia já definem o que é desejável e esperado no meio acadêmico. Existe um ideal a ser alcançado através da imagem dos mestres e professores. A ideia de consumo do saber e do modelo de mercado de bens culturais. O carisma do professor tem a intenção de uma incitação permanente ao consumo culto.

A repressão ao desvio não é comedida, pelo contrário, é a expressão da violência extremada, por meio de xingamentos e agressões físicas, mas também por meio de olhares de desaprovação, expressões faciais de repulsa ou interiorização e desrespeitos nas interações em sala de



aula.

A rotulação e etiquetagem tratam-se de práticas sociais que depreciam pessoas através de um discurso realizado constantemente e que podem ser compreendidos como “verdades”, sem nenhum questionamento.

Assim, importante contestar os valores hegemônicos e compreender que as normas e valores sociais podem ser transformados, pois a norma só continua sendo válida em um contexto social enquanto é reiteradamente praticada e idealizada ao longo dos anos através de práticas do cotidiano social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou fazer uma reflexão sobre os estereótipos criados sobre homens homossexuais, observando os rótulos produzidos na mídia e também em registros de situações reais vivenciadas por professores não heterossexuais alvos de discriminação.

Ainda, procurando compreender a origem dos estereótipos, apresentou uma breve análise histórica das noções patriarcais e capitalistas que impactam na construção de discriminações no imaginário social. Portanto, foi possível verificar o quanto a orientação sexual e a identidade de gênero podem apresentar limitações e dificuldades para homens homossexuais que queiram ou que estejam realizando atividades intelectuais, mais especificamente na docência jurídica.

A heteronormatividade se demonstra como um sistema que determina certos padrões comportamentais que quando não são seguidos, levam os homossexuais a serem ainda mais excluídos e marginalizados pelo coletivo. Os marcadores sociais da diferença cravejam os contextos sociais e a discriminação aumenta ainda mais.

A misoginia e sexismo também causam grandes impactos nas limitações impostas aos homens homossexuais, principalmente quando são vistos como “femininos” ou com um gênero difícil de ser verificado. Com isto, a discriminação pela sexualidade torna-se fato real e a perseguição misóginas e sexistas passam ser a regra nas escolas de direito.

A padrões sociais é também a fuga da cidadania e da dignidade, seguidos pela exclusão e pela ridicularização do outro, que rechaça as individualidades pelos rótulos sexualizados. O homem afeminado e privado de cargos e postos privilegiados pela retribuição econômico e pelo prestígio social, que são destinados aos homens brancos heterossexuais, conforme o discurso colonial estabelece.

Entretanto, para além da discussão sobre os estereótipos, a expressão da feminilidade em corpos considerados masculinos e sexualidades não heterossexuais é relevante na reflexão sobre a existência de outras expressões de gênero e embates com as normas sociais impostas. Discussão que é importante para rearticular subversivamente as normas e estereótipos estabelecidos pelo imaginário social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Llomo Academicus**. 1ª Edição. Siglo XXI Editores. Buenos Aires-Argentina, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de

- Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.
- COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. *Crônica dos CUS: cultura, sexo e gênero*. 1ª Edição. Salvador-BA: Editora Devires, 2019.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- NASCIMENTO, Marina Marçal. **Racismo e Representação: uma análise das narrativas de trajetória profissional de advogadas negras do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, p.142. 2018.
- NONATO, Murillo. **Vivências Afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes**. 1ª Edição. Salvador. Editora Devires, 2020.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A Epistemologia do Armário**. In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.
- HMF - Harvey Milk Foundation. **Harvey Milk Biography**, 2020. Disponível em: <<https://milkfoundation.org/about/harvey-milk-biography/>>. Acesso em: 27 de dez. de 2020.